

SOB O SIGNO DA MOBILIZAÇÃO

*Simone Amorim*¹

Na luta para inserir o problema da criança e do adolescente na agenda política e na consciência nacional, a mobilização social surge como etapa decisiva, embora ainda pouco explorada por algumas organizações da sociedade civil. Desenvolver estratégias capazes de tornar visíveis temas até então pouco abordados é um desafio a ser vencido para que estereótipos e preconceitos arraigados culturalmente cedam lugar a visões mais pluralistas.

A mobilização da opinião pública deve ser encarada como uma política de atendimento, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 88, Inciso VI, a partir da qual é possível reunir diversos segmentos sociais em uma grande rede em defesa dos direitos infanto-juvenis.

No início dos anos 90, começou a ser delineado um movimento para sensibilizar a população, bem como segmentos sociais específicos, como a mídia, em torno da questão da violência contra a população infanto-juvenil. Antes da articulação e mobilização da sociedade civil, final dos anos 80, as mortes de crianças e adolescentes por grupos de extermínio passavam despercebidas ou eram inseridas na lógica policial que justifica os assassinatos ao criminalizar as vítimas.

A mobilização empreendida por essas entidades foi decisiva na ocorrência de transformações no âmbito das políticas públicas e da visão social da questão. Na Bahia, o recém-inaugurado Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

¹ Assessora de Comunicação do CEDECA-BA.



– CEDECA–BA, surgido do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, começava a formular estratégias que pudessem sensibilizar a sociedade para o drama dos meninos assassinados. Surgiriam, assim, importantes instrumentos para defesa e promoção dos direitos infanto-juvenis.

O fato das vítimas serem jovens pobres e negros da periferia provocou uma 'naturalização' da violência, legitimada pela omissão da sociedade e pelo descaso político diante da questão. A idéia de que 'bandido bom é bandido morto' fez com que grupos de extermínio agissem livremente, exercendo o poder de prender, julgar e condenar pessoas, sobretudo pobres, à morte. Deve-se ressaltar, contudo, que grande parte das vítimas não tinha qualquer envolvimento com o mundo do crime.

A "exclusão moral", que vitimizava os jovens pobres brasileiros, acabou por fazer com que ações bárbaras das forças repressivas pudessem acontecer sem que isso provocasse indignação na opinião pública. Diferentemente do que aconteceu quando os atingidos pela repressão estatal durante o regime militar foram pessoas bem situadas socialmente².

O interessante é que já naquela época, a violência extralegal contra jovens pobres brasileiros não era um fenômeno novo. A extinção da censura prévia, no final dos anos 70, permitiu que jornalistas investigassem a violência policial que vitimava adolescentes dentro dos reformatórios³. Apesar de conhecida pela população brasileira, a realidade dos meninos da periferia ainda não era capaz de causar indignação pública.

Em 1991, quando foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o extermínio de crianças, na Câmara dos Deputados, e era aprovado (1990) o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma onda de denúncias invadiu a imprensa internacional. O escândalo brasileiro foi ganhando espaço na mídia nacional a partir da pressão externa, forçando inclusive a formulação de políticas públicas de combate à violência contra a criança e o adolescente.

A Bahia ocupava o terceiro lugar em número de extermínios, atrás apenas do Rio de Janeiro e São Paulo. 110 meninos haviam sido mortos em 1990

² CARDIA, Nancy. *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 1999.

³ LUPPI, C.A.. "Agora e na hora de nossa morte". IN: Revista Debates, São Paulo, 1981.

SERRA, Sônia. "Tematizando o extermínio de crianças brasileiras através de interações locais, nacionais e globais.". Trabalho apresentado no IR Lusocom – Universidade do Nfinho, 1999.



na capital baiana. Número que subiria para 117 no ano seguinte. Diante da omissão da comunidade e da total impunidade desses crimes, a sociedade civil organizada passa a desempenhar papel central na busca de soluções para o problema.

Com a ampla cobertura dos mais influentes veículos da imprensa internacional, os jornais e revistas brasileiros, enfim, voltam-se para o problema. Em um primeiro momento, contudo, o assunto mereceu destaque apenas nas páginas policiais. A necessidade de estreitar-se as relações com a mídia foi rapidamente percebida pelas organizações, que reconheceram o papel exercido pela imprensa na definição da agenda pública.

Era preciso tornar-se definidor primário da informação, quebrando a hegemonia dos dados oficiais. Mais do que isso, era preciso tirar o assunto das notas de rodapé e criar espaços, em que criança e adolescente fossem protagonistas da notícia.

Coluna do Fórum: uma primeira experiência

A primeira tentativa na Bahia de se criar um espaço próprio na mídia para a criança e o adolescente aconteceu, ainda em 1990, com o lançamento de uma coluna assinada pelo Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente/BA. De publicação semanal, a Coluna do Fórum era veiculada no jornal Tribuna da Bahia, o segundo maior jornal do Estado naquela época.

Para editar a coluna, foi eleita uma comissão de comunicação entre as entidades que formavam o Fórum. Em um quarto de página semanal, eram discutidos assuntos relacionados à população infanto-juvenil e divulgados eventos, seminários e reuniões. O objetivo era transformar a coluna em um fórum popular de defesa dos direitos da criança e do adolescente, provocando, denunciando e fornecendo subsídios para o debate.

Poucas pessoas acreditaram que a iniciativa daria certo. A Coluna, contudo, transformou-se em um importante instrumento de mobilização social. Entidades diversas começaram a encaminhar notícias e a colaborar com artigos e textos mais analíticos. O espaço também esteve aberto aos leitores e entidades governamentais. Com o apoio do UNICEF, a coluna circulou durante quase dois anos. Uma primeira experiência que estimulou a criação de novos espaços comunicacionais para a criança e o adolescente.



A Criança e o Adolescente na Primeira Página: a experiência do Saci

O jornal Saci⁴ tornou-se o principal instrumento de mobilização e conscientização sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, veiculado pelo CEDECA-BA, com o apoio do UNICEF. O jornal foi criado para ser a voz da entidade, preenchendo a lacuna deixada pela imprensa, que insistia em reforçar estereótipos nas poucas coberturas sobre o tema.

Com tiragem de cinco mil exemplares, o jornal era distribuído para entidades da sociedade civil e profissionais de imprensa de todo o País. O Saci trazia matérias investigativas, denunciando e buscando soluções para os problemas que afligiam a população infanto-juvenil. Problemas que não estavam restritos à Bahia, mas espalhavam-se por todo território nacional.

Após dois anos de circulação, o jornal tornou-se, em 1993, um órgão oficial da Rede de Centros de Defesa do Fórum DCA, passando a veicular matérias de alcance nacional. Um reconhecimento de sua seriedade e responsabilidade jornalística. Reconhecimento, aliás, que já havia sido expresso, quando o jornal foi eleito, pelo Diretório Central do UNICEF, como a mais bem-sucedida experiência na área de comunicação em todo o Brasil.

O fortalecimento do Saci veio reforçar o comprometimento do CEDECA-BA com a luta pelos direitos da criança e do adolescente, bem como proporcionar a conquista de aliados, como o Poder Judiciário. Durante algum tempo, o jornal circulou com o encarte Boletim Jurídico. A iniciativa tomava claro o comprometimento da Justiça, envolvendo Ministério Público, Defensoria, Polícia, OAB e Faculdades de Direito, com a questão da criança e do adolescente.

A necessidade de uma imprensa especializada era a todo o momento reforçada em editoriais e artigos do jornal. Em um texto assinado pela então editora da Coluna do Fórum, Eliana Peixinho, é ressaltada a necessidade de jornalistas especializados na questão da criança e do adolescente. A jornalista advertia que a superficialidade, sensacionalismo e factualidade com que a imprensa pauta os fatos que envolvem crianças e adolescentes acabam formando uma opinião que não corresponde às realidades⁵.

⁴ O jornal Saci foi editado pela jornalista Eleonora Ramos.

⁵ PEIXINHO, Eliana. "Imprensa especializada de novo". In: *Saci*. Ano 2, número 7. Dezembro de 1993.

O contradiscurso produzido por iniciativas como o Saci e a Coluna do Fórum procurava mostrar que os adolescentes eram muito mais vítimas do que autores da violência e que as infrações por eles cometidas eram, na verdade, estratégias de sobrevivência.

Mais do que um jornal, o Saci representou um espaço de visibilidade para os que até então eram vítimas de um complexo processo de exclusão social. O não aparecer na mídia era uma das facetas desse processo. Teóricos da comunicação já enfatizaram o poder exercido pela mídia, ao definir a agenda pública. A partir do que é pautado nos jornais, forma-se a agenda de discussões da sociedade. Daí, a importância de um espaço em que crianças e adolescentes são os atores centrais.

Após 22 edições, o jornal foi publicado pela última vez em sua versão impressa, em junho de 1999.

Grupo de Pais: transformando dor em ação

A imagem das 'Mães da Praça de Maio', que clamavam por notícias de seus filhos, desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina, inspirou a criação de um grupo similar na Bahia. Era preciso deixar de ser apenas vítima da violência, exigindo a responsabilização dos culpados e chamando atenção para a violência que vitimizava jovens baianos, sobretudo negros e pobres da periferia.

O Grupo de Pais de Vítimas da Violência foi uma das primeiras estratégias de mobilização e sensibilização social do CEDECA-BA. Criado em 1991, o grupo é formado por pais que tiveram seus filhos assassinados. Para esses pais, marcados pela dor e a revolta de ver suas crianças transformarem-se em números nas estatísticas oficiais sobre a violência, a luta por Justiça é o último sopro de vida de seus filhos.

Único no Estado, o grupo tem sido um importante agente mobilizador, consciente de sua função política e persistente na tentativa de quebrar a impunidade nos homicídios de crianças e adolescentes. Persistência que tem como símbolo Dona Lourdes, mãe de Luís Cláudio Pereira, o Lula. Confundido com um dos integrantes de uma quadrilha de ladrões, formada por adolescentes, Lula, juntamente com o amigo Jeová, foi torturado e executado por nove policiais militares, em 1990. Incansável, Dona Lourdes percorreu delegacias, coletou evidências e até provas do crime.



O único fator capaz de abalar a força dessas mães é a falta de confiança na Justiça. Quase treze anos (2003) após o assassinato de Lula, os assassinos ainda estão impunes. O Grupo, criado pelo CEDECA-BA tem exercido importante papel político na mobilização e fortalecimento dos pais de vítimas da violência. Mais do que isso, o Grupo tornou-se um espaço de trocas de experiências, em que todos compartilham da mesma dor e do mesmo desejo de Justiça.

A Pesquisa: Meninas de Salvador

Meninas pobres, sobretudo negras, vítimas da violência social que assola o País. Ainda cedo, muitas adolescentes descobrem que o próprio corpo pode ser a única garantia de condições mínimas de sobrevivência. Não por opção, mas por necessidade, muitas garotas são envolvidas em uma complexa rede de prostituição, sendo exploradas sexualmente e discriminadas por uma sociedade conservadora, que as acusa por estarem em tal situação.

O estereótipo da 'menina prostituta', que vende seu corpo por puro prazer, ainda está presente em uma parte do pensamento nacional. Pessoas que preferem omitir-se diante do problema que atinge a camada mais desfavorecida. Pessoas que ao calarem acabam por compactuar com um sistema perverso, em que crianças têm suas infâncias violentamente interrompidas. Há oito anos sensibilizando a população de Salvador para o problema, o CEDECA-BA está colhendo os frutos do seu trabalho.

Lançada pela ONG Cipó, representante baiana da Rede ANDI⁶, a pesquisa "A Criança e o Adolescente na Mídia, Bahia/Sergipe – 2001" apontou o Centro como entidade de "ação destacada na defesa e garantia dos direitos da infância e juventude nesta área (abuso e exploração sexuais), continuando a ser a instituição mais procurada pela imprensa... Vale destacar que, no subtema Campanhas de Prevenção, quase todas as matérias surgiram a partir de iniciativas do CEDECA-BA, articuladas com outros segmentos da sociedade." (pág. 29, 2001)

Hoje, a idéia da 'menina prostituta' é confrontada com a realidade da 'menina prostituída'. Mais do que uma questão de semântica, trata-se

⁶ A ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância é uma associação sem fins lucrativos, cuja missão é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Rede ANDI inclui cinco outras organizações em diferentes estados brasileiros.



de uma mudança de valores e preconceitos arraigados culturalmente. Através da mobilização da sociedade e de setores estratégicos como a mídia, o CEDECA-BA vem tentando contribuir para um debate mais contextualizado da problemática, estimulando a denúncia e exigindo a responsabilização dos culpados.

As Campanhas do CEDECA-BA

Acreditando que a conquista de apoio popular só é possível através da socialização das informações sobre a causa trabalhada, o CEDECA-BA fez, ao longo dos anos, da mobilização uma de suas principais estratégias. Através de campanhas sociais e de mídia, a entidade vem sensibilizando a população para os dramas vividos por crianças e adolescentes. A primeira ação, *Pelo Direito de Nascer Livre da Violência e da Morte*, realizada em 1993, teve como objetivo quebrar o silêncio que envolvia os crimes contra a criança e o adolescente na Bahia.

Iniciada em 1995, a Campanha Contra Exploração Sexual Infanto-juvenil ganhou visibilidade em todo o País, tendo sido adotada pelo Governo Federal. Naquele ano, a mobilização contou com a adesão de artistas como Renato Aragão e Daniela Mercury, embaixadores do UNICEF no Brasil, Caetano Veloso e Gilberto Gil. A figura do explorador foi apresentada como a de um criminoso comum, estando sujeito às penalidades da lei.

O slogan 'Quem cala, consente' ganhou o País, incentivando a denúncia de casos de exploração infanto-juvenil. Em apenas um ano de campanha, foram recebidas 3,4 mil ligações através do Disque Denúncia, sendo abertos 300 inquéritos na Bahia. A campanha acabou impulsionando a instituição de três novas leis, duas municipais (Leis nº 5.024/95 e 5.037/95) e uma federal (Decreto 1.655, de 03 de outubro de 1995), específicas no combate à violência sexual infanto-juvenil.

Um dos pontos mais significativos da campanha promovida anualmente pelo CEDECA-BA tem sido a articulação entre setores sociais estratégicos. Precursora no País, a mobilização reúne entidades públicas, sociedade civil organizada, artistas, formando uma grande rede antiexploração. Setores inicialmente apontados como facilitadores da exploração sexual no Estado transformaram-se em importantes aliados.

Em sua sétima edição, em fevereiro de 2003, a campanha baiana ganhou, mais uma vez, o reconhecimento nacional. A ação foi abraçada pelo



Governo Federal, que se fez presente ao lançamento oficial da mobilização através de seus ministérios.

Partindo da constatação de que a maior parte dos casos atendidos na instituição refere-se a abusos sexuais intrafamiliares, foi elaborada, em 2001, uma campanha de mídia enfocando o enfrentamento a este tipo de violência. Para transmitir a mensagem "Seu corpo não pode ser brinquedo na mão de ninguém", optou-se por trabalhar com elementos do universo infantil. Através de bonecos, a campanha mostra que *carinho é bom, mas que nem todo tipo de toque é carinho de verdade*. As peças, produzidas pela Agência Engenhonovo Publicidade e Promoções, foram veiculadas em emissoras de TV e rádio, *outdoors*, *busdoor* e cartazes.

Durante o primeiro encontro do ECPAT no Brasil, em 1997, o CEDECA-BA sugeriu a criação de um dia de combate ao abuso e à exploração sexuais infanto-juvenil, como estratégia de mobilização da sociedade e da mídia para o enfrentamento ao problema. A data, 18 de maio, faz uma referência a um crime que chocou o País por sua brutalidade. Araceli Cabrera Sanches, oito anos, foi seqüestrada, espancada, drogada, estuprada e morta por integrantes de tradicionais famílias da sociedade capixaba dos anos 70. Quase trinta anos depois, os assassinos continuam impunes. Transformada em projeto de lei, pela deputada Rita Camata, a proposta do CEDECA-BA foi aprovada pelo Congresso Federal, passando o dia 18 de maio a integrar o calendário oficial do País. Mais uma vez, uma iniciativa local do CEDECA-BA é abraçada nacionalmente.

Na conquista do apoio popular, a relação com a mídia é de fundamental importância. Incluir o tema da infância e juventude na agenda política nacional requer a percepção de que a atividade midiática, além de possuir um caráter social intrínseco, detém significativas influências políticas e mobilizadoras. Estar na mídia é, muitas vezes, determinante para que a formulação e implantação de políticas públicas sejam cobradas pela opinião pública.

Mas do que informar, é preciso tornar-se fonte primária dos veículos de comunicação. A sociologia do jornalismo enfatiza o papel das fontes no processo de geração de notícias, mas a maior parte desses estudos mostra que as fontes oficiais dominam a informação. É preciso furar esse bloqueio, através do contato constante com a imprensa, fornecendo informações confiáveis e transformando-os em parceiros estratégicos na luta pelos direitos fundamentais da população infanto-juvenil.

Comunicação e Novas Mídias

Desde 2001, o CEDECA-BA vem fazendo da Internet um instrumento de mobilização e sensibilização, permitindo a socialização de conceitos e valores e aumentando a visibilidade da causa trabalhada junto à sociedade. Através do endereço www.violenciasexual.org.br, a instituição disponibiliza um Sistema de Informação sobre Violência Sexual Infanto-juvenil, com estatísticas, artigos de especialistas e um canal para denúncia.

No *site*, o visitante pode saber um pouco mais sobre o tema, seu marco legal, o trabalho desenvolvido pelo CEDECA-BA e outras instituições no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, como também identificar e encaminhar casos de violações dos direitos infanto-juvenis, além de tirar suas dúvidas e acompanhar o andamento dos casos assistidos pelo Centro de Defesa baiano.

O *site* tem como um de seus públicos-alvos a imprensa, oferecendo dados atualizados, guia de fontes e sugestões de pauta sobre o assunto. Através da divulgação sistemática do endereço, por meio de listas de discussões *on line*, malas diretas eletrônicas e *press release*, vem-se tentando aumentar, ainda mais, o número de pessoas que acessam o conteúdo, tornando o *site* uma fonte segura para pesquisas de estudantes, especialistas, profissionais que lidam com o tema, jornalistas, dentre outros.

O baixo custo e alta velocidade proporcionados pelas Novas Mídias trouxeram muitos benefícios, entre eles o estímulo à interação (através de consultas e *chats*) entre a sociedade e as entidades que trabalham a questão e a formação de redes comunicacionais. Algumas características, como o anonimato e a descentralização, acabaram, por outro lado, facilitando a prática criminosa nesse meio. Segundo a Polícia Federal, atualmente, a maior incidência de crimes de informática no Brasil refere-se aos crimes de divulgação de pornografia envolvendo crianças pela Internet.

Para além do caráter educativo, a Internet vem sendo usada pelo CEDECA-BA também como uma ferramenta na defesa e responsabilização das novas formas de violências cometidas contra a população infanto-juvenil. Abrigado no www.violenciasexual.org.br, o Programa de Rastreamento de Pornografia Infanto-juvenil na Internet já identificou mais de 800 *sites*. Além de verificar a procedência das denúncias recebidas, a equipe vasculha a rede mundial de computadores à procura de material pornográfico que envolvam



crianças e adolescentes. Por meio de convênios com a Polícia Federal e a Interpol, os endereços são encaminhados para a sede da PF em Brasília.

Tentando dar maior visibilidade ao assunto, ainda pouco discutido no País, o CEDECA-BA realizou, em dezembro de 2002, a I Conferência Internacional sobre Pornografia Infanto-juvenil na Internet. Durante três dias, mais de 40 especialistas dos Estados Unidos, Canadá, Europa e América Latina discutiram as melhores formas de enfrentamento à distribuição de pornografia infanto-juvenil *on line*. Pela primeira vez no País, o assunto mereceu uma abordagem multidisciplinar, enfocando aspectos relativos às vítimas, aos agressores, às tecnologias utilizadas pelos criminosos, assim como as possíveis formas de prevenção. Um documento redigido por membros de vários países do ECPAT, presentes ao evento, sugeriu que o Brasil se tornasse o articulador internacional para a elaboração de políticas de enfrentamento à distribuição de pornografia infanto-juvenil na Internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDIA, Nancy. *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 1999.

LUPPI, C. A. *Agora e na hora de nossa morte*. IN: Revista Debates, São Paulo, 1981.

SERRA, Sônia. *Tematizando o extermínio de crianças brasileiras através de interações locais, nacionais e globais*. Trabalho apresentado no IR Lusocom – Universidade do Níinho, 1999.

Jornal Saci.

Cipó Comunicação Interativa. *Pesquisa A Criança e o Adolescente na Mídia*. Salvador: 2001.